

## ABORDAGEM ONTOLÓGICA DO MÉTODO MARXIANO PARA ANÁLISE DOS CRÍTICOS DA TEORIA MARXISTA DO ESTADO

Edna Bertoldo<sup>1</sup>

Mário André Correia Pacifico<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a tese segundo a qual não existe uma teoria marxista de Estado, buscando inicialmente expor o conceito de teoria e esclarecer o que é teoria marxista com a intenção de fundamentar a análise dos críticos da teoria marxista do Estado. O instrumento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, partindo da análise detalhada de autores marxistas que abordam a questão. Paulo Netto (2011), Tonet (2013) e Chasin (1995), além do capítulo *O trabalho*, da obra *A ontologia do ser social*, de Lukács, fundamentaram a questão do método marxiano, demonstrando que a teoria de Marx lançou os fundamentos de um paradigma científico-filosófico radicalmente novo, sendo este o que melhor permite compreender a realidade social. Colletti (1983), Bobbio (2006) e Poulantzas (2000) se apresentaram como críticos da teoria marxista do Estado e a partir de seus textos constatou-se que eles não examinam diretamente as obras do próprio Marx, restringindo suas investigações às análises dos seguidores de Marx. Como conclusão, entendeu-se que o posicionamento favorável ou contrário à tese de uma teoria de Estado em Marx deve ter como ponto de partida o resgate das obras marxianas, sem limitar a fundamentação da argumentação nas análises marxistas. É necessário fazer a recuperação onto-revolucionária do pensamento de Marx, dos seus lineamentos gerais e fundamentais para a análise do Estado capitalista, visando à superação do capital e, por conseguinte, do Estado. Para tanto, compreende-se que apenas a *nova ontologia* instaurada por Marx é capaz de apresentar os fundamentos gerais e decisivos para a crítica do Estado e sua superação.

**Palavras-chave:** Estado; Teoria marxista do Estado; Críticos da teoria do Estado.

---

<sup>1</sup> Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas (Centro de Educação). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, credenciado pelo CNPq e vinculado ao Mestrado em Educação da UFAL e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Luta de Classes, da UECE e UFC.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará na linha de pesquisa Marxismo e formação do educador, sob orientação da professora Phd Maria das Dores Mendes Segundo. E-mail: mariohistoria10@gmail.com

## ENFOQUE ONTOLÓGICO DEL MÉTODO MARXIANO PARA ANÁLISIS DE LOS CRÍTICOS DE LA TEORÍA MARXISTA DEL ESTADO

### RESUMEN

La meta de esta investigación es analizar la tesis en la cual no hay una teoría marxista del Estado, en primera instancia se busca exponer el concepto de la teoría y aclarar que es teoría marxista, con la intención de fundamentar el análisis de los críticos de la teoría marxista del Estado. El instrumento metodológico que se ha utilizado fue la investigación bibliográfica en la cual se parte de un análisis detallado de los autores marxistas que tratan la problemática. Paulo Netto (2011), Tonet (2013) y Chasin (1995) además del capítulo “O trabalho”, de la obra A ontologia do ser social, de Lukács, estos fundamentaran la cuestión del método marxiano, demostrando que la teoría de Marx ha principiado los fundamentos de un paradigma científico filosófico radicalmente nuevo y que este paradigma es lo mejor que permite la realidad social. Colletti (1983), Bobbio (2006) y Poulantzas (2000) se presentan como críticos de la teoría marxista del Estado y adelante de ellos se ha probado que ellos no examinan directamente las obras del propio Marx, restringiendo sus investigaciones al análisis de los seguidores de Marx. Como conclusión se puede entender que el posicionamiento favorable o al revés a la tesis de una teoría del Estado en Marx debe haber como punto de partida como el rescate de las obras marxianas sin limitar la fundamentación del argumento en los análisis marxistas. Hay que hacer la recuperación revolucionaria del pensamiento de Marx, así como de sus lineamientos generales y fundamentales para el análisis del Estado capitalista visando a la superación del capital y consecuentemente del Estado. Por lo mucho se comprende que solamente la nueva ontología fundada por Marx es posible de presentar los fundamentos generales y decisivos para la crítica del Estado y su superación.

**Palabras claves:** Estado; Teoría marxista del Estado; Críticos de la teoría del Estado.

### Introdução

A discussão sobre o Estado a partir da abordagem marxista tem se deparado com a questão a respeito da existência ou não de uma teoria marxista de Estado. Esta disputa não resultou em consenso uma vez que tanto a afirmação quanto a negação de uma teoria marxista de Estado pressupõe que o conhecimento do objeto está fundado em pressupostos teórico-metodológicos mesmo no interior de um mesmo campo teórico, como o marxismo, já que este, por não constituir uma totalidade homogênea, apresenta

perspectivas de análise diversas. Surge daí a necessidade de retomar a discussão sobre o método marxiano.

Assim, a questão se apresenta da seguinte maneira: será que não se deve buscar uma teoria marxiana do Estado ao invés de uma teoria marxista do Estado?<sup>3</sup>

Lenin, na obra *O Estado e a Revolução*, partindo do pressuposto de uma teoria do Estado em Marx e Engels, considera que como a mesma foi deturpada, é tarefa dos revolucionários restabelecer a verdadeira doutrina deles sobre o Estado. Para que isto se realize, o autor entende que é necessário ir às obras de Marx e Engels, tal como ele procedeu ao produzir a obra citada.

Lukács (2012, p.77), em concordância com os autores que defendem uma teoria do Estado em Marx, afirma que “Marx e Engels lançaram, de modo absolutamente inequívoco, as bases teóricas de uma teoria do Estado no terreno do materialismo histórico”.

Entendemos que o posicionamento favorável ou contrário à tese de uma teoria de Estado em Marx deve ter como ponto de partida o resgate das obras marxianas, sem limitar a fundamentação da argumentação nas análises marxistas. Nosso interesse consiste em buscar fazer a recuperação ontorevolucionária do pensamento de Marx, dos seus lineamentos gerais e fundamentais para a análise do Estado capitalista, visando à superação do capital e, por conseguinte, do Estado.

Com a finalidade de aprofundar a discussão sobre o tema – considerando os limites que um trabalho dessa natureza impõe – o artigo tem por objetivo analisar a tese segundo a qual não existe uma teoria marxista de Estado, partindo inicialmente do conceito de teoria e do esclarecimento da concepção marxiana de teoria, com a intenção de fundamentar a análise dos críticos da teoria marxista do Estado. Para tanto, o artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: primeiro busca-se resgatar os pressupostos teóricos marxistas, diante da necessidade de entender o que é teoria em Marx para se chegar a uma teoria marxista do Estado e em seguida partimos para a análise

---

<sup>3</sup> É importante deixar clara a diferença entre o termo marxiano que se refere ao que Marx (e Marx com Engels) produziu; o termo marxista refere-se aos textos inspirados nos textos marxianos.

dos críticos da teoria marxista do Estado na tentativa de entender essa negação.

### **A teoria marxista e a importância do seu resgate**

Embasado teoricamente em autores marxistas, foi possível compreender não só um conceito geral de teoria, mas também em que está fundamentada a teoria marxista e a importância do seu resgate para uma análise crítica da sociedade. É decisivo ressaltar também que é a leitura exercitada que reproduz pelo interior dos escritos marxianos o traçado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou.

O que deve ser destacado é que Marx parte criticamente do conhecimento acumulado para empreender a análise da sociedade burguesa e desvelar sua estrutura e sua dinâmica. Paulo Netto (2011, p.18) esclarece esse ponto afirmando que “Em Marx a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, em seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites”.

Para Chasin (1995), a grande mudança no pensamento de Marx surge somente com a “revisão da filosofia do direito de Hegel” e afirma ainda que

Marx ao visitar a filosofia política hegeliana, sob a pressão da dúvida e a influência das mais recentes conquistas feuerbachianas, percorre exatamente as vias da interrogação recíproca entre teoria e mundo, o que lhe proporcionou identificar a conexão efetiva entre sociabilidade e politicidade, que fez emergir, polemicamente, como o inverso do formato hegeliano, implicando com isso a virtualidade de um novo universo ontológico. (CHASIN, 1995, p. 363).

Chasin (1995) afirma que a obra marxiana não é, nem poderia ter sido, a aglutinação ressaltada das melhores porções do pensamento de ponta do seu tempo. Como esclarece a exposição das três críticas, o pensamento especulativo, a economia política e a reflexão política, inclusive a dos utópicos, não foram fontes provedoras de materiais teóricos acabados ou semielaborados para a montagem da obra marxiana, mas rigorosamente objetos de críticas dos quais não foram retidos e reaproveitados certos procedimentos ou peças. Desses embates surgiu a verdadeira crítica filosófica, fundada em uma ontologia histórico-imanente do ser social.

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, mas a teoria se distingue das outras modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é conhecimento do objeto, tal como ele é em si mesmo, ou seja, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. Assim, a teoria social de Marx, ou o materialismo histórico-dialético, é o movimento real do objeto interpretado pelo sujeito.

Esse movimento real do objeto deve ser entendido como uma concepção histórico-social que a partir da construção do conhecimento se apropria criticamente de elementos criados ao longo deste processo e nesse confronto crítico gera uma nova e radical concepção de mundo.

Segundo Paulo Netto (2011), sem a compreensão inteira das relações sociais será impossível uma teoria social que ofereça um conhecimento verdadeiro da sociedade burguesa como totalidade. Porém, para elaborar a reprodução ideal da sociedade burguesa, Marx descobriu que o procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material.

Sendo assim, uma teoria social da sociedade burguesa tem como exigência do objeto que o pesquisador possua como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social.

Uma vez determinado o objeto, Marx passa a conhecê-lo, põe-se a questão do método. Paulo Netto (2011) utiliza as palavras do próprio Marx para expor esta questão, mostrando que através de uma determinação mais precisa, através de uma análise do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos as mais simples determinações. Paulo Netto (2011, p.43) afirma ainda que:

Com efeito, depois de alcançar aquelas “determinações mais simples”, “teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas”.

As categorias marxianas se mostram fundamentais para a compreensão do objeto de estudo, ou seja, a sociedade burguesa. O conhecimento teórico é para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade e esta só pode ser alcançada pelo método que Marx considera cientificamente exato, ou seja, a “viagem de modo inverso”.

Paulo Netto (2011) coloca também que as determinações são um momento essencial na constituição do objeto, pois o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações. Estas múltiplas determinações se caracterizam enquanto categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa. Paulo Netto (2011, p. 46) tenta descrever o sentido das categorias para Marx.

E o que são “categorias”, das quais Marx cita inúmeras (trabalho, valor, capital etc.)? As categorias, diz ele, “exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas reais (pertencem à ordem do ser – são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas).

Para Paulo Netto (2011, p. 48), a reprodução ideal da teoria marxiana implica a apreensão intelectual dessa riqueza categorial. Entendendo que as categorias são históricas e transitórias, percebe-se que as que exprimem as relações da sociedade burguesa permitem a compreensão das relações de produção de todas as sociedades desaparecidas. Afirma ainda que “somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo – é o presente, pois, que esclarece o passado”.

Partindo do conhecimento histórico-social, percebe-se que a realidade social é resultado integral da interatividade humana ao longo do processo histórico e não de forças naturais ou sobrenaturais. Pode-se afirmar ainda que “Somente uma teoria geral do ser social (ontologia do ser social) poderia responder a essas questões. Por isso, o pensamento de Marx teria que se instaurar como uma ontologia do ser social” (TONET, 2013 p. 68). Afirma-se assim a ideia de que Marx lança os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo e conseqüentemente de fazer ciência e filosofia.

O procedimento marxiano, sendo inteiramente o contrário do padrão moderno de conhecimento, parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade e também: “É na análise desse ato que ele descobrirá a origem, a natureza e a função social essenciais do conhecimento científico” (TONET, 2013, p. 74).

O caráter ontológico da teoria de Marx destaca a unitariedade entre ciência e filosofia que se impõe para que haja uma relação íntima entre esses dois momentos do saber, sem perder a sua especificidade, e constituem uma unidade indissolúvel no processo de produção do conhecimento científico.

A partir daí se criam lacunas existentes entre duas grandes concepções acerca da realidade: o materialismo e o idealismo. Para Marx, o princípio que confere unidade a esses dois momentos é a práxis<sup>4</sup>, a “atividade humana sensível”, a atividade real sensível. Esta atividade mediadora faz com que haja a conjunção desses dois momentos e se origine toda a realidade social. Marx vai encontrar no ato que dá origem ao ser social a natureza própria da relação entre subjetividade e objetividade a unidade originária entre esses dois elementos dando assim uma resolução ontológica a toda realidade social.

Partindo de uma resolução de natureza ontológica torna-se possível encarar com rigor a questão do conhecimento. Partindo das palavras de Lukács citado por Chasin (1995, p. 403-404),

A ontologia trata da estrutura da realidade, ou melhor ainda, como diz no capítulo sobre Marx, a função da crítica ontológica [...] tem por meta despertar a consciência científica no sentido de restaurar o pensamento a realidade autêntica, existente em-si [...] uma cientificidade que, no processo de generalização nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e a utiliza como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração onto-filosófica da realidade em-si, [...] com o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele.

Chasin (1995), aprofundando a discussão sobre a fundamentação ontológica do conhecimento, afirma que o ponto central dessa questão tem a sociabilidade como condução da possibilidade do pensamento. Para Chasin (1995), desde 1844, Marx concebia de modo afirmativo o nexos fundamental entre a consciência, suas formações ideais, e a sociedade. O pensamento tem

---

<sup>4</sup> Segundo Paulo Netto e Braz (2007, p. 44), a categoria da práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e auto produtivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.

caráter social porque sua atualização é a atualização de predicado do homem, cujo ser é, igualmente, atividade social.

Como resposta a essas afirmações no Prefácio à *Contribuição para a crítica da economia política*, Marx vai mostrar que fica clara a ideia da estrutura ontológica do ser social. Nesse texto, ele chega à seguinte conclusão:

O resultado final a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produções estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX apud PAULO NETTO, 2012, p. 270).

A concepção marxiana da história parte do processo real da produção material da vida em seu momento fundante que é o trabalho. Este momento está ligado à construção do ser social e de todas suas ações e representações, estando presente em todo o processo histórico social.

Chegando à categoria fundante do ser social, o trabalho, passamos a apontar assim o ponto de partida e os desdobramentos desta categoria. Para Marx, o trabalho permite fazer a articulação entre o natural e o social, e essa integração se dá por meio de uma síntese que dá origem a um novo tipo de ser, o ser social.

Os homens passam a se diferenciar dos animais no momento em que produzem seus meios de vida a partir do trabalho, porém existem animais que trabalham produzindo alguns meios de vida. Sendo assim, a transformação intencional da natureza, através da qual esta é adaptada à satisfação das necessidades humanas é, pois, o que distingue essencialmente o homem do animal (TONET, 2013)

A capacidade de generalização do conhecimento adquirido pelo homem a partir do trabalho permite que a reprodução do ser social se caracterize como uma produção permanente do novo e não como uma reposição do mesmo, como é o caso dos animais.



Mesmo com essa distinção entre natural e social deve-se reforçar que a consciência humana não deixa de ter uma base natural, pois ela é o resultado de um processo que tem suas bases no mundo orgânico, ou seja, cria-se sobre uma base natural, no mesmo momento em que se cria a realidade social objetiva.

A partir da constatação do caráter essencialmente social do indivíduo, é possível afirmar que o homem é sempre resultado do processo social. Como exemplo, mostra-se como as relações sociais sofrem mudanças substantivas com a entrada em cena da propriedade privada e das classes sociais.

É fundamental para a questão do conhecimento entender que as classes sociais são o sujeito principal da história e, por isso mesmo, também, o sujeito fundamental do conhecimento. Os indivíduos que produzem conhecimento pertencem a determinadas classes sociais.

Como já foi dito anteriormente, o que permite a Marx apreender corretamente a natureza da dimensão cognitiva é ter tomado como ponto de partida o ato que funda o ser social, o trabalho. O exame do trabalho como categoria fundante do ser social é modelo de todas as atividades humanas; este ponto de partida permite compreender a origem ontológica, ou seja, natural e social do conhecimento científico.

O conhecimento científico é sempre produzido em uma determinada situação histórico-social, em resposta a determinadas questões enfrentadas pela humanidade.

As condições essenciais para a produção do conhecimento, o mais verdadeiro possível, em cada momento histórico numa perspectiva ontológica são duas: a capacidade, o empenho e o rigor do indivíduo, de um lado e, de outro, o ponto de vista de classe (TONET, 2013).

A afirmação da estreita vinculação entre conhecimento e os interesses de classe nos permite anular a tese da neutralidade da ciência, defendida pela perspectiva moderna.

Tendo a perspectiva ontológica a vinculação insuperável entre conhecimento científico e perspectiva de classe, o pesquisador deve se perguntar qual concepção de mundo demarca cada perspectiva e a que classe ela representa. Estas questões de fundamentos são decisivas para a análise do Estado.

## Análise dos críticos da teoria marxista do Estado

Após expor as bases do método marxiano, fica claro que a busca por uma teoria marxista do Estado deve de forma imprescindível utilizar as obras do próprio Marx e o seu método de caráter radicalmente novo de entender a realidade concreta que se expressa na forma do materialismo histórico-dialético e é a partir dessa visão crítica que analisaremos as obras dos autores que se dizem contrário a uma teoria do Estado em Marx.

Partindo para a análise dos críticos da teoria marxista do Estado, percebe-se que essa polêmica vem se estendendo desde os anos de 1920 e baseia-se em argumentos como os de Kelson (apud PAULO NETTO, 2004, p. 137), ao afirmar que “o marxismo, enquanto teoria política [...] mostrou-se insustentável”. Lucio Colletti (1983, p. 119, grifo do autor), na mesma direção, também defende que não existe uma teoria marxista de Estado, justificando que “Não há ‘ciência da política’ no marxismo, porque a teoria marxista da política e do Estado é a teoria da *extinção* da política e do Estado”. Cerroni (apud PAULO NETTO, 2004, p. 137), embora afirmando que não há “uma teoria articulada do Estado marxista” e que somos herdeiros de “uma série de citações soltas e desligadas”, reconhece, contudo, que isto não significa dizer que é impossível extrair das obras de Marx uma teoria marxista do Estado. Gruppi, por sua vez, reconhece que o método de Marx permite “entender o que é o Estado, como e por que ele surge. Isso permite fundamentar cientificamente uma teoria do Estado. Não é o Estado que determina a estrutura econômica, mas sim o contrário” (GRUPPI, 1987, p. 27). Contudo, ele aponta que não existe uma teoria de Estado em Marx:

Em Marx falta uma elaboração orgânica do problema do Estado, da teoria do Estado. Mas ele forneceu a teoria fundamental, a partir da qual pode-se construir a teoria do Estado: a estrutura econômica está na base do próprio Estado. Esse é o fundamento de onde devemos partir. (GRUPPI, 1987, p. 28).

E, concluindo sua análise, afirma o seguinte:

[...] podemos concluir que não existe uma teoria marxista orgânica do Estado. Temos uma primeira tese que permite construir essa teoria: a

descoberta da natureza de classe do Estado, isto é, de que o Estado nasce da luta de classes. (GRUPPI, 1987, p. 45).

Gruppi, discordando da argumentação de Colletti de que em Marx não há uma teoria do Estado pelo fato de sua teoria ser a da extinção do Estado, afirma: “A resposta de L. Colletti me parece hábil, inteligente. Mas, se o marxismo é teoria do comunismo e, portanto, a teoria do fim do Estado, para tanto é preciso saber como é o Estado, é preciso ter uma teoria do Estado” (GRUPPI, 1987, p. 46). E conclui fazendo o seguinte comentário: embora seja “[...] uma resposta inteligente”, “eu acho errada” (GRUPPI, 1987, p. 46). Na opinião de Gruppi (1987, p. 46), Marx faz a análise do Estado burguês e para derrubar este Estado, é preciso primeiro conhecê-lo. Assim, é na sua obra *O Capital* que se encontra “a chave” dos “fundamentos de um verdadeiro conhecimento do Estado burguês”. Contudo, ele afirma (1987, p. 46): “[...] na obra de Marx essa teoria só existe de maneira não-orgânica. Existem as questões fundamentais e a metodologia, o método/concepção sobre o qual deve ser construída essa teoria marxista do Estado”.

Ao tratar das interpretações equivocadas e das adulterações do pensamento de Marx, nota-se que os próprios seguidores de Marx quanto os seus adversários contribuíram para desfigurar a sua teoria: “No campo marxista, as deformações tiveram por base as influências positivistas, dominantes nas elaborações dos principais pensadores (Plekhanov, Kautsky) da segunda internacional” (PAULO NETTO, 2011, p.12).

Segundo Paulo Netto (2011), delas resultou uma representação simplista da obra marxiana: uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (o materialismo histórico). Esse pensamento reduz o método de Marx a princípios fundamentais que podem ser aplicados a qualquer fenômeno social sem levar em consideração as diferenças políticas, culturais de cada sociedade, ou seja, chegando a resultados sem esforços investigativos reduzindo os problemas da sociedade a um determinismo econômico.

Paulo Netto (2011) demonstra que já em 1890 Engels protestava contra procedimentos desse gênero. O autor cita um texto em que Engels expõe a necessidade de voltar na história para se examinar todos os detalhes e as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar

deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc, rebatendo dessa forma os pensamentos deformadores da obra marxiana.

Paulo Netto (2011) aponta que Marx e Engels sustentavam a tese na qual a produção e a reprodução da vida real apenas em última instância determinavam a história, e afirmavam na intenção de combater esse reducionismo do pensamento marxiano.

Tal concepção reducionista que nada tem a ver com o pensamento de Marx também foi utilizada por muitos dos seus adversários teóricos. Netto (2011) utiliza Weber como exemplo que criticou na concepção materialista da história as explicações monocausalistas dos processos sociais. Paulo Netto (2011) rebate essas críticas utilizando uma frase de Lukács apontando-o como um dos mais qualificados estudiosos do pensamento marxiano: “[...] é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS apud PAULO NETTO, 2011, p. 14).

As atuais críticas feitas ao pensamento de Marx se concentram especialmente sobre dois eixos: o primeiro diz respeito a uma suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas; a segunda relaciona-se a um pretenso determinismo no pensamento marxiano. Segundo Paulo Netto (2011), vários estudiosos já mostraram sobejamente a inconsciência dessas críticas.

Nesse sentido, deve-se enfatizar que praticamente todas essas interpretações equivocadas podem ser superadas a partir de uma rigorosa análise qualificada da obra marxiana. Paulo Netto (2011) demonstra também que são os textos do próprio Marx que propicia o material indispensável para o entendimento do método.

Como se sabe, Marx pretendia elaborar um capítulo acerca do Estado quando esboçava a obra *O capital*, mas isto não se efetivou. O argumento de que não existe uma teoria marxista de Estado pelo fato de Marx não ter efetivado este plano inicial ou de não ter feito uma obra dedicada à questão não nos parece ser decisivo para atestar a ausência de uma formulação teórica sobre o Estado.

É importante assinalar, neste debate, a posição de Lukács (2012, p. 77) quando diz que “Marx e Engels lançaram, de modo absolutamente inequívoco, as bases teóricas de uma teoria do Estado no terreno do materialismo

histórico”. A recuperação deste legado marxiano é uma necessidade imprescindível para a apreensão do Estado na sociedade atual.

Do conjunto das obras de Marx, aquelas que se referem à questão do Estado<sup>5</sup> têm como ponto de partida a realidade concreta dos fatos histórico-políticos, a exemplo das Revoluções de 1848, da Comuna de Paris; as reflexões de caráter mais filosóficas, como sua crítica à concepção hegeliana de Estado ou mesmo de formulações conceituais mais gerais, onto-históricas, como *Ideologia alemã*, *Contribuição para a crítica da economia política – Prefácio* e *Crítica ao Programa de Ghota*; além daquelas de natureza político/organizativo da classe trabalhadora, como o *Manifesto Comunista*.

Independentemente de procurar nestas obras a existência ou não de uma teoria de Estado, ou de buscar delimitar o enfoque de análise (filosófica, econômica etc.), é decisivo assinalar que em todas elas, sem exceção, há um conjunto de princípios fundamentais claramente articulados que permitem analisar o Estado a partir do seu *ser*, em articulação com o seu *vir a ser*: sua total superação possível apenas através de um processo revolucionário.

A articulação entre o *ser-em-si* e o *vir-a-ser* no debate sobre o Estado tem se dado, em geral, a partir do deslocamento da categoria fundante de explicitação do ser social, o trabalho e, no seu lugar, centrado em categorias fundadas, como a política, a educação, cuja natureza ontológica delas impossibilita a apreensão concreta do Estado na sociedade. Por esta razão, o resultado não poderia ser outro, a não ser a indicação da perspectiva reformista como única alternativa, sem possibilidade de vislumbrar uma alternativa para além desta sociedade. Frente à possibilidade de superação do real, é pertinente avaliar se é mais importante dar continuidade ou não à polêmica sobre a existência de uma teoria marxista de Estado. Se a opção for pela continuidade deste debate, antes de tudo, é preciso elaborar melhor a questão nos seguintes termos: existe ou não uma teoria *marxiana* de Estado? Isto porque, em geral, o debate gira em torno de uma teoria *marxista* de Estado e não de uma teoria *marxiana* de Estado.

---

<sup>5</sup> Crítica da filosofia do direito de Hegel – 1843; A questão judaica -1843; Ideologia alemã - 1845-1846; Manifesto Comunista – 1848; As lutas de classe na França de 1848 a 1850 – 1850; O 18 de Brumário de Luís Bonaparte – 1852; Contribuição para a crítica da economia política – Prefácio – 1859; A guerra civil na França – 1871; Crítica ao Programa de Ghota – 1875.

Os críticos, em geral, não partem do exame das obras do próprio Marx, restringindo suas investigações às análises dos seguidores de Marx, a exemplo de Poulantzas. No livro *O Estado, o poder, o socialismo* (2000), ao longo de suas 272 páginas, embora o autor chegue à conclusão de que não existe uma teoria marxista do Estado, não toma para análise nenhuma obra de Marx. J. Paulo Netto, também defensor desta mesma posição, ao analisar a obra *Estado e revolução*, de Lenin, contesta a afirmação lenineana de que há uma teoria marxista do Estado. De acordo com Paulo Netto (2004), Lenin não fundamentou sua posição no conjunto das obras de Marx, fazendo apenas uma apresentação sistematizada de várias (não todas) passagens dispersas ao longo da obra de Marx. Admite que Lenin secundarizou obras marxianas que são essenciais para a análise do Estado e, além disso, o problema do Estado em Marx “[...] é sempre focado a partir da análise do Estado moderno (burguês) – da sua alienação em face da sociedade civil” (PAULO NETTO, 2004, p. 126). Da mesma forma que Poulantzas, Paulo Netto também não examina o conjunto das obras de Marx para fundamentar sua posição.

Diante disto, entendemos que o posicionamento favorável ou contrário à tese de uma teoria de Estado em Marx deve ter como ponto de partida o resgate das obras marxianas, sem limitar a fundamentação da argumentação nas análises marxistas. Desse modo, embora esta questão não seja objeto deste trabalho, é difícil deixá-la à margem uma vez que está sempre presente na discussão. Nosso interesse consiste em buscar fazer a recuperação onto-revolucionária do pensamento de Marx, dos seus lineamentos gerais e fundamentais para a análise do Estado capitalista, visando à superação do capital e, por conseguinte, do Estado. Para tanto, compreendemos que apenas a *nova ontologia* instaurada por Marx é capaz de apresentar os fundamentos gerais e decisivos para a crítica do Estado e sua superação. O resgate desta *nova ontologia*, descoberta inédita e inovadora de Marx no século XIX e recuperada, na sociedade contemporânea, por um de seus mais fiéis seguidores, o pensador húngaro Gyorg Lukács, representa o ponto de partida necessário para inserir, no interior deste debate, os elementos necessários que contribuam para a recuperação da crítica onto-revolucionária do Estado em Marx.

## Considerações finais

Por intermédio da pesquisa bibliográfica realizada, constatamos que ainda há muito a ser discutido e estudado sobre esse tema. Entretanto, de forma geral, a análise das questões levantadas à luz do referencial adotado permitiu o seu aprofundamento.

Para esclarecer o objeto investigado – a questão da teoria do Estado em Marx –, retomamos o método marxiano, por entendermos sua importância na explicitação do objeto que nos permitiu averiguar toda a deturpação que houve nas análises de sua obra ao longo da história.

Constatamos que as análises apresentadas pelos críticos da teoria do Estado em Marx são insuficientes para comprovar a inexistência de uma teoria do Estado em Marx já que os mesmos não fizeram o resgate das obras de Marx, limitando-se apenas a utilizar autores marxistas. Entende-se assim que somente a partir de uma análise detalhada das obras de Marx<sup>6</sup> será possível demonstrar a teoria marxiana do Estado

Como nosso ponto de partida foi o resgate do método, apresentamos o conceito de teoria para Marx, que se mostrou de forma mais clara ao longo das pesquisas bibliográficas dos autores marxistas investigados. A teoria em Marx se apresenta como conhecimento do objeto, tal como ele é em si mesmo, entendendo assim o materialismo histórico dialético como o movimento real interpretado pelo sujeito. A análise concreta e crítica da realidade posta tal como ela é, foi o que possibilitou a construção de uma nova e radical concepção de mundo.

Com isso percebe-se o caráter ontológico do pensamento marxiano quando vemos que sua concepção histórica parte do processo real da produção material da vida, que se apresenta em seu momento fundante, o trabalho.

Assim, Marx lançou os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo, e somente por esse caminho se chegará a uma teoria marxista do Estado. Conforme afirma Tonet:

---

<sup>6</sup> A pesquisa não se voltou para a análise das obras marxianas sobre o Estado.

Nada do que foi construído a partir desses fundamentos é verdadeiro simplesmente porque tem esses fundamentos como base. Sua verdade dependerá da correta tradução do processo real, historicamente verificado. Somente a prova ontoteórica e a prova ontoprática poderão demonstrar a verdade ou a falsidade de qualquer conhecimento. (TONET, 2013, p. 125).

Demonstra-se assim que a nova ontologia marxiana consiste no reconhecimento do trabalho como categoria fundante do ser social, entendendo trabalho não como uma relação mercadológica, mas sim como uma interação do homem (social) com a natureza (meio orgânico) e que nessa interação desenvolve suas relações de produção tendo em sua síntese a práxis. Esta compreensão foi possível a partir de uma análise histórico-social da realidade em que Marx lança uma concepção radicalmente nova de mundo, ou seja, de superação da exploração do homem pelo próprio homem.

Em Marx, a emancipação política perde a centralidade que possuía em todo pensamento ocidental, cedendo lugar ao complexo da emancipação humana geral, vinculada à ideia de revolução radical, contradizendo seus críticos que optam por uma via reformista do Estado.

Segundo Mészáros (2015), Marx nunca abandonou sua visão de que a mudança radical necessária da ordem sociometabólica do capital é inconcebível sem a total superação do poder preponderante das formações estatais do sistema reprodutivo material estabelecido. Afirma ainda que “Imaginar a abolição do Estado, por qualquer forma de conspiração ou mesmo por algum decreto de base jurídica mais ampla, só poderia ser uma quimera voluntarista. Ele jamais deixou de insistir nisso” (MÉSZÁROS, 2015, p. 37).

Diante dessas considerações Mészáros (2015) acentua que o capitalismo, durante a vida de Marx, estava muito distante dessa estrutura global de comando político, sendo menos notável que os dias de hoje. O autor afirma ainda que:

Não é, portanto, de modo algum surpreendente que Marx nunca tenha tido sucesso em sequer rascunhar os meros esboços de sua teoria do Estado, apesar de este receber um lugar muito preciso e importante no seu sistema projetado como um todo. (MÉSZÁROS, 2015, p. 41).

Dessa forma entendemos que não se faz necessária uma obra de Marx dedicada exclusivamente ao Estado para termos clareza de que é seu



postulado teórico como um todo que permite compreender uma teoria geral do Estado visando à emancipação humana e à superação do capital.

Reafirma-se novamente a necessidade de uma retomada do método científico marxiano, partindo de uma análise rigorosa de suas obras e da realidade histórico-social para podermos conhecer a sua teoria a fim de aprofundar os estudos acerca da problemática do Estado.

Justificando essa análise, Mézáros (2015, p. 42), em sua obra mais recente, *A montanha que devemos conquistar*, conclui que “É por isso que a elaboração da teoria marxista do Estado hoje é ao mesmo tempo possível e necessária. Na verdade, é vitalmente importante para o futuro das estratégias socialistas viáveis”.

A construção da teoria marxista do Estado é possível partindo da análise rigorosa do método marxiano, além de imprescindível nos dias atuais diante do acirramento da luta de classes, sendo esta somente possível a partir de uma análise crítica e radical da sociedade burguesa<sup>7</sup>.

## REFERÊNCIAS

- BERTOLDO, Edna; PACIFICO, Mário. **RESGATE DA NOVA ONTOLOGIA MARXIANA PARA ANÁLISE DO ESTADO**. ISSN: 2359-2885. Site: [http://media.wix.com/ugd/2a2587\\_ba47665619564a5b940e02cd33b1e37a.pdf](http://media.wix.com/ugd/2a2587_ba47665619564a5b940e02cd33b1e37a.pdf)
- BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx nem contra Marx**. In: VIOLI, Carlo (Org.). Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- CHASIN, J. **Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Ensaio, 1995.
- COLLETTI, Lucio. **Ultrapassando o marxismo**. Tradução Eduardo Brandão. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1983.

---

<sup>7</sup> Este artigo integra a pesquisa intitulada **Teoria marxista do Estado: Gênese ontológica, extinção e ontonegatividade da política** (PIBIC/UFAL/2014-2015), sob orientação da professora Edna Bertoldo, resultante do meu Plano de Trabalho intitulado **Marx e a teoria do Estado: o que é teoria, o que é teoria marxista e em que consiste a teoria marxista do Estado**.

LUKÁCS, G. O Estado como arma. In: **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 77-86.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In: J. P. Netto (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.270.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Tradução Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAULO NETTO, José; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. **Lenin e a instrumentalidade do Estado**. In: NETTO, J. P. **Marxismo impenitente – contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 109-138.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.